

Não há definição sobre regimento da Constituinte

ASS.
PAGAS
TÁDEU AFONSO
Enviado especial a Brasília

27 JAN 1987

Eleito presidente do Congresso constituinte no próximo dia 2, deputado Ulysses Guimarães nomeará ou haverá a eleição de uma comissão de parlamentares para elaborar o regimento interno que orientará a redação da nova Constituição? Enquanto esta comissão trabalhar, haverá sessões plenárias de Congresso constituinte? Se houver que regimento será adotado em caráter provisório: o do Senado, o da Câmara ou o do Congresso Nacional? E quem vai secretariar as sessões, já que o único membro da Mesa do Congresso constituinte será o próprio Ulysses?

Faltando apenas cinco dias para a instalação do Congresso constituinte, estas questões permaneciam até ontem sem respostas nos gabinetes e corredores do Congresso Nacional. A maioria das reuniões de lideranças tinha apenas um objetivo: a escolha das Mesas da Câmara e Senado e os acordos partidários em torno de nomes para essas funções.

Segundo apurou a Folha, não há ainda nenhuma reunião marcada para decidir questões fundamentais para o funcionamento do Congresso constituinte. O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), disse ontem que não sabia de nada. E o líder do PMDB, Pimenta da Veiga (MG), passou a tarde em seu gabinete com outros deputados.

Dois nomes

A ausência de disputa em torno da Mesa do Congresso constituinte tem duas explicações. Em primeiro lugar, ninguém sabe quantos vice-presidentes e secretários ela terá, já que só o seu regimento interno vai definir isso. Em segundo lugar, os parlamentares que forem eleitos para estas funções deverão se limitar a dirigir os trabalhos constituintes. O poder real ficará com as Mesas do Senado e Câmara, já que a estas cabe a função de pedir suplementações de verbas, prover nomeações para o funcionalismo do Congresso Nacional, distribuir passagens aéreas, apartamentos funcionais e carros de representação. Além do mais, a Mesa do Congresso constituinte se dissolverá tão logo seja promulgada a Constituição, enquanto os mandatos das Mesas da Câmara e Senado devem se estender por dois anos.

Além de Ulysses, apenas mais dois nomes foram aventados para funções no Congresso constituinte, talvez muito mais importante do que as demais funções da Mesa. O senador Afonso Arinos (PFL-RJ) tem seu nome apontado para a presidência da grande comissão constitucional, e o deputado Pimenta da Veiga, que deixará a liderança do seu partido, como relator-geral da comissão. No entanto, já tem a oposição da bancada mineira do partido, por ter apoiado o candidato derrotado ao governo de seu Estado nas últimas eleições. A função do relator é vital.

Dependendo do regimento interno a ser aprovado, um parecer contrário seu a determinado projeto poderá significar o sepultamento deste.